

Prainha do Canto Verde, Beberibe
30 de outubro de 2012

Excelentíssima

Dra. Dilma Rousseff, Presidenta da Republica

Excelentíssima Senhora Presidenta da Republica,

Nós, um grupo de pescadores e pescadoras artesanais, armadores e proprietários de barcos de pequena escala e membros da sociedade civil do estado do Ceará vimos através do presente ofício submeter a sua apreciação uma proposta que deve ajudar a resolver um grave problema que ameaça o patrimônio do nosso país e a sobrevivência de milhares de famílias que vivem da pesca marinha e vem produzindo alimentos para o povo brasileiro, assim como produtos para exportação com benefício para balança comercial há 70 anos.

PROBLEMA: Há mais de 20 anos pescadores, gestores e pesquisadores estão preocupados com o rumo que a pesca da lagosta estava tomando. O governo tem respondido em parte e há 10 anos implantou a gestão compartilhada numa tentativa de salvar a atividade. Lamentavelmente os resultados não tem correspondido as expectativas e as causas são bem conhecidas e também foram relatados em recente estudo do TCU (Tribunal das Conta da União). Os problemas da pesca já são amplamente conhecidos, como a falta de investimentos na coleta de dados, pesquisa e investigação científica, falta de controle da frota e da cadeia produtiva que facilita a ilegalidade, e a ineficiência na fiscalização da pesca ilegal a um altíssimo custo e sem retorno, e assim permitindo que haja cada vez mais barcos e pescadores ou mergulhadores pescando ilegalmente e cada vez menos barcos legais. Quem sofre as conseqüências são os produtores que respeitam a legislação, que pagam para licença de pesca e usam os apetrechos de pesca permitidos por lei. Estes conseguem cada vez menos lagostas, aumenta o prejuízo, perdem dinheiro e estão quebrados. Os pescadores e pescadoras que respeitam a legislação e se preocupam com a conservação da biodiversidade estão obrigado a parar a sua atividade pela falta de viabilidade econômica. Existe um grande risco que a lagosta do Brasil sofre danos irreversíveis. Os dados da pesca são preocupantes: em 2011 a pesca ilegal foi estimada em 70%, este ano já chega a 90% e pouquíssimos barcos legalizados pescaram durante 3 meses e agora estão todos parados. As exportações de lagosta despencaram em 50% por falta de produção e o preço da lagosta está cada vez mais baixo devido a péssima qualidade da lagosta exportada. A expectativa dos produtores é que a produção deve continuar a cair já que pela primeira vez até a grande frota de barcos ilegais estão pescando menos. Devido a falta de investimento em pesquisa e coleta de dados é impossível de tomar decisões para a gestão da pesca e por enquanto continua o conflito entre pescadores(as) legais e ilegais não há como ordenar a pesca. Consumidores e importadores de lagosta nos mercados, Estados Unidos principalmente e Europa já advertiram que a lagosta brasileira esta perdendo mercado e preço, por enquanto não resolve os graves

problemas que são expostas no documento detalhado. A lagosta brasileira já foi considerada entre as piores que chegam aos consumidores e cada vez mais grandes compradores exigem que o produto seja certificado, o que nas atuais circunstâncias não é possível. Pior é que a pesca nos outros estados desde Amapá até o Espírito Santo é praticamente 100% ilegal. Não é o momento de procurar culpados já que todos os produtores e gestores contribuíram para chegar a esta situação. Chegamos na hora de apresentar soluções e tomar a decisão política de salvar a pesca da lagosta e recuperar o patrimônio do Brasil, que são os estoques de lagosta.

SOLUÇÃO: Pescadores(as), gestores e pesquisadores do Brasil e inclusive do exterior concordam que os obstáculos para a recuperação da pesca da lagosta são muito altos, mas querendo ainda podemos reverter a situação:

1. CERTIFICAÇÃO:

O Governo do Estado do Ceará, graças a um projeto de origem da sociedade civil desenvolvido e financiado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas do Meio Ambiente) com apoio de pesquisadores do LABOMAR Ceará e participação de pescadores(as), armadores e empresários, decidiu de procurar a certificação da lagosta até a Copa 2014. Com recursos próprios já foi feita uma pré-avaliação e o resultado mostra claramente os grandes obstáculos na nossa frente devido as graves deficiências na gestão do recurso

2. MONITORAMENTO E PESQUISA:

São necessário grandes investimentos para produzir informação para a gestão da atividade já que as atividades como coleta de dados foram praticamente abandonados nos últimos anos e hoje é impossível de se fazer uma avaliação confiável dos estoques de lagosta.

3. FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização deverá ser totalmente re-estruturada com prioridade para controle eletrônico dos barcos e da cadeia produtiva. A lagosta, igual a carne de boi precisa uma garantia de origem garantido com rastreamento verificável desde o produtor até o consumidor, como vem sendo exigido para exportações até a Europa, e que a nossa legislação exige, mais não é cumprido, nem fiscalizada. Os pescadores(as) são convencidos de que a Marinha do Brasil precisa assumir a fiscalização no mar, para acabar com a pesca ilegal e para devolver tranquilidade no mar.

4. INVESTIMENTOS:

Será necessários importantes investimentos e compensações para os produtores que deverão parar sua atividade principal para viabilizar o futuro da pesca da lagosta. Custos de fiscalização que são altíssimo vão diminuir; a lagosta vai aumentar de quantidade, de peso, de qualidade e de preço; gerando lucro e renda para os produtores e a economia do país. Os benefícios serão multiples com um ganho de prestígio para o nosso país no mundo por ter conseguido evitar o colapso que é iminente. O investimento terão um retorno econômico garantido, como mostra o estudo da NEF "New Economic Foundation" sobre as pescarias europeus. Maior ainda será o retorno social e ambiental e a iniciativa do Brasil como exemplo para conservação da biodiversidade marinha o mundo.

http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/No_Catch_Investment_-_Press_release_exec_summ_portugal.pdf

CONCLUSÃO: Depois de muita reflexão em reuniões nas comunidades do litoral leste e consultas com empresários, armadores, gestores, pesquisadores e representantes de organizações da sociedade civil chegamos a um consenso que:

A) Deve se declarar uma moratória proibindo a pesca, compra, venda, processamento, comercialização e exportação de lagosta a partir de 1º novembro até 30 de abril de 2014 para que durante este tempo de 18 meses pode se reorganizar e reordenar a pesca e garantir que a pesca possa ser certificada. Consideramos impossível de fazer isso quando a frota ilegal continua pescando e mergulhando e os pescadores legais ficam excluídos da pesca por falta de condições financeiras e falta de perspectiva de produção.

B) Sugerimos a publicação de um decreto presidencial que cria uma força tarefa coordenada pela Casa Civil em conjunto com os demais ministérios incluindo pesca, meio ambiente, trabalho, justiça, desenvolvimento social, defesa e outros para que no prazo de 90 dias seja organizada o período de transição com um plano de recuperação da pesca que vai exigir a colaboração de todos os usuários da lagosta e negociação com o setor pesqueiro e a sociedade civil.

C) Entendemos que uma grande parte dos custos e investimentos deverá ficar a cargo do governo, que no final de contas é o dono do recurso, mas ficou claro em todas as reuniões com os pescadores e pescadoras que eles estão disposto de contribuir até de forma financeira a partir da volta a pesca em 2014 através da contribuição de uma taxa de R\$ 1.00 por kg de cauda de lagosta para um Fundo de Pesca Sustentável que será gerenciado numa parceria privada publica, acreditamos que armadores e empresários com visão de futuro também contribuirão.

D) Os pescadores e pescadoras legais vão celebrar uma manifestação pacífica amanhã 4ª feira 31 de outubro na beira mar de Fortaleza e vamos declarar a greve geral contra a pesca da lagosta por tempo indeterminado.

Desde já a gente se coloca a disposição da Excelentíssima Senhora Presidenta e da força tarefa para contribuir com o trabalho de reconstrução e manutenção da biodiversidade e riqueza do nosso país.

Assina:



René Schärer

**ARTICULAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO
CEARÁ CONTRA A PESCA ILLEGAL DA LAGOSTA**

Caixa Postal 51, 62.840-970 Beberibe, Ceará

e-mail: lagosta2014@gmail.com telefone: Lindomar 85 9626 8058

**Membros das seguintes entidades participaram das consultas para elaboração
desta proposta:**

Colônias de Pescadores do Litoral Leste do Ceará

Sindicatos de Pescadores no Ceará

Associações Comunitárias no Ceará

Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Ceará

Associações de Armadores no Ceará

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores(as) do Brasil

Apoio:

Amigos da Prainha do Canto Verde